

1 **Transcrição da Ata da 6ª**  
2 **Reunião Extraordinária do Conselho**  
3 **de Desenvolvimento Territorial do**  
4 **Litoral Paranaense, realizada no dia**  
5 **21 de Fevereiro de 2018, presidida**  
6 **pelo Sr. Antônio Carlos Bonetti -**  
7 **Presidente, e Secretariada pelo Sr.**  
8 **Alfredo Parodi - Secretário Executivo.**

9 O Sr. Secretário Executivo:- Boa tarde. Pedimos aos senhores e senhoras  
10 Conselheiras para que tomem assento, por gentileza, para que possamos dar  
11 início à reunião do Conselho do Litoral.

12 Senhoras e senhores, bem-vindos a primeira reunião do Conselho do  
13 Litoral do ano de 2018. Já temos quórum suficiente, temos vinte e um membros  
14 do Conselho, alguns deverão chegar ao decorrer da reunião.

15 A primeira informação se refere a uma recomendação do Ministério  
16 Público Estadual que nos foi enviada e que encaminhamos, por e-mail, aos  
17 senhores e senhoras Conselheiras. Todos receberam essas recomendações. O  
18 Secretário de Estado, Bonetti, e Presidente do Colit e eu tivemos uma reunião  
19 com o Dr. Paulo Glaser, da Procuradoria Geral do Estado, e está aqui para  
20 eventualmente dirimir alguma dúvida e, por gestão do Dr. Paulo Glaser, esses  
21 processos foram mantidos na pauta posto que estão bem instruídos. Portanto, eles  
22 constam da pauta e não foram retirados, conforme recomendação do Ministério  
23 Público Estadual.

24 Inclusive vale lembrar que todos os processos obtiveram parecer  
25 favorável, e me refiro não só a esse, objeto da recomendação do Ministério  
26 Público, como todos os outros processos obtiveram condições de serem  
27 submetidos ao pleno do Conselho para a obtenção da anuência necessária,  
28 conforme Artigo 2º, Inciso 5º, do Decreto Estadual 7.948/2017.

29 Passo a palavra, para abertura oficial da reunião, ao Secretário de Estado  
30 de Meio Ambiente e Recursos hídricos e Presidente do Conselho do Litoral,  
31 Antônio Carlos Bonetti .

32 O Sr. Presidente:- Obrigado, Alfredo, Secretário Executivo. Eu quero  
33 desejar a todos um feliz 2018, porque na grande maioria nós estamos nos  
34 encontrando pela primeira vez no dia de hoje, haja vista que nos encontramos dia  
35 13 de dezembro de 2017, na última reunião do ano passado em Paranaguá,  
36 quando nós tivemos a oportunidade de desejar Feliz Natal.

37 Espero que todos nós tenhamos nesse período, juntamente com nossos  
38 familiares, um período importante como naquela época comentamos, que é  
39 natural no período de final de ano, de reflexão sobre o que aconteceu de bom,  
40 aquilo que não foi tão bom durante aquele período, mas principalmente,  
41 juntamente com nossa família, agradecer a Deus pela proteção recebida durante  
42 aquele ano tão importante que foi 2017, com tantos desafios mas também com  
43 tantas conquistas com certeza para todos nós. Desejo uma boa tarde a todos.

44 E gostaria, antes de dar início a esta reunião, de desejar as boas-vindas aos  
45 novos Conselheiros. Nós temos aqui um número de titulares, temos vinte e um  
46 presentes de um número de trinta e quatro, temos um número de novos  
47 Conselheiros que são, senão me engano, doze ou treze novos Conselheiros, mas  
48 esta questão de número não importa agora.

49 Então, gostaria que, brevemente, os novos Conselheiros, por gentileza,  
50 pudessem ficar em pé e apenas dizer o nome e o órgão que representa para que as  
51 pessoas também saibam e a gente possa, neste momento, valorizar a presença dos  
52 novos Conselheiros neste Conselho tão importante que é o Colit, e temos certeza  
53 que vocês trarão aqui contribuições importantes para este Conselho. Então,  
54 gostaria que os novos Conselheiros ficassem em pé e, por favor, se apresentem. E  
55 temos que lembrar também que durante toda a reunião a pessoa fale usando o  
56 microfone e se identifique usando o nome e o órgão que representa, em função da  
57 gravação. Ok. Obrigado.

58 O Sr. Conselheiro Pedro Guimarães Rodrigues (CEDEA):- Boa tarde.  
59 Meu nome é Pedro Guimarães, sou morador do município de Matinhos. Na  
60 verdade não sou um novo Conselheiro, só estou retomando, em diversos períodos  
61 fui Conselheiro e espero ser útil nessas discussões.

62 O Sr. Conselheiro Nelson Roberto Hübner (FIEP):- Boa tarde a todos.  
63 Nelson Roberto Hübner, representando a Federação das Indústrias do Estado do  
64 Paraná.

65 O Sr. Conselheiro Mauricy Kawano (FIEP):- Boa tarde a todos. Sou  
66 Mauricy Kawano também representando a Federação da Indústria do Estado do  
67 Paraná.

68 O Sr. Conselheiro Paulo Luciano da Silva (CRBio):- Boa tarde a todos.  
69 Meu nome é Paulo Luciano, represento o CRBio - Conselho Regional de  
70 Biologia.

71 A Sra. Conselheira Geisa Costa (FAEP):- Boa tarde. Meu nome é Geisa  
72 Costa, sou engenheira agrônoma e represento a Federação de Agricultura do  
73 Estado do Paraná.

74 O Sr. Conselheiro Célio Luiz de Souza:- Boa tarde a todos. Meu nome é  
75 Célio Luiz de Souza, represento a Adetur.

76 O Sr. Conselheiro Claudir Souza Muraski (Associações Comerciais do  
77 Litoral):- Boa tarde, meu nome é Claudir Souza Muraski, represento a  
78 Associação Comercial de Guaratuba.

79 O Sr. Conselheiro Luiz Antônio Michaliszyn (Associações Comerciais do  
80 Litoral):- Luiz Antônio Michaliszyn, represento também a Associação Comercial  
81 e Empresarial de Guaratuba.

82 A Sra. Conselheira Magareth Ziolla Menezes (CAU/Paraná):- Magareth  
83 Ziolla Menezes, sou arquiteta e urbanista e estou representando o CAU/Paraná.

84 A Sra. Conselheira Célia Cristina Lima Rocha (Sindiseab):- Meu nome é  
85 Célia e estou aqui representando o Sindicato Estadual de Servidores Públicos da  
86 Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e afins.

87 O Sr. Rodrigo:- Boa tarde a todos. Meu nome é Rodrigo, embora eu não  
88 seja Conselheiro, estou aqui representando o Prefeito Marcelo Roque da  
89 prefeitura de Paranaguá.

90 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Boa tarde, eu sou Secretário da  
91 Colônia de Pesca de Paranaguá e representando a Federação de Pescadores do  
92 Paraná.

93 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Eu só esqueci de esclarecer que  
94 sou Conselheiro indicado pelo CEDEA - entidade ambientalista.

95 O Sr. Presidente:- Ok. Então, sejam bem-vindos. Peço uma salva de  
96 palmas para os novos Conselheiros. (Palmas). Vocês estão batizados.

97 Eu quero saudar também os senhores prefeitos, nós temos aqui se não me  
98 engano dois prefeitos, ah chegou mais um, saudar aqui os prefeitos, são sete  
99 prefeitos, sete municípios aqui na região, o Prefeito Marcelo Roque está  
100 chegando de Paranaguá, temos o Presidente da Amlipa, prefeito Roberto Justus  
101 do município de Guaratuba. Temos o hábito que o prefeito anfitrião faça a  
102 abertura. Observem que estamos fazendo as reuniões no litoral, estamos fazendo  
103 um rodízio atendendo a solicitações e fazendo uma reunião em cada município.

104 Hoje o prefeito anfitrião é o de Antonina, ao qual passamos a palavra para  
105 que faça a recepção a todos e, na sequência, vamos para a pauta.

106 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (Prefeito de Antonina):- Boa  
107 tarde a todos. Estamos honrados em receber pela primeira vez a reunião do Colit  
108 - Conselho do Litoral, dando sequência a uma salutar iniciativa da Secretaria de  
109 Meio Ambiente que é fazer as reuniões nos municípios onde estão os maiores  
110 interessados, porque o que a gente discute é o que diz respeito ao nosso litoral, né  
111 prefeito Marcelo. Somos nós que somos atingidos pelas decisões aqui tomadas,  
112 eu, o Riad Júnior, o nosso Presidente Roberto, temos aqui também os Vereadores  
113 Vitor Fernandes e Paulinho Broska que me apoiam aqui em Antonina. Então, são  
114 nossas comunidades que sofrem as consequências das decisões que felizmente  
115 tem sido boas. Dentro da nossa gestão acho que temos feito alguns avanços e  
116 esperamos que assim continue.

117 Então, estou muito feliz por estar aqui, através da nossa gestão de  
118 Antonina, recebendo esta reunião e dou as boas-vindas a todos principalmente  
119 aos novos Conselheiros. Muito obrigado. (Palmas).

120 O Sr. Presidente:- Obrigado, prefeito. E antes ainda de darmos início ao  
121 primeiro item da pauta, quero fazer uma consulta, e queria que os Conselheiros  
122 prestassem atenção nesta questão, porque vamos colocar em votação.

123 O Alfredo e a Magali me disseram essa semana que estão tendo grandes  
124 dificuldades no envio de correspondência para os senhores Conselheiros. Demora  
125 a chegar, chega atrasado e mais um aspecto, temos despesa de Correio inclusive  
126 o papel. Se os senhores concordarem, faremos a partir de agora somente no meio  
127 eletrônico. Parece-me que hoje em dia é o que devemos fazer, de maneira correta,  
128 não temos nenhum prejuízo de transparência e de comunicação, ao contrário.  
129 Então, estou solicitando e gostaria de colocar em votação. Quem for favorável  
130 que, a partir de agora, a gente envie somente pelo meio eletrônico, por favor,  
131 manifestem-se erguendo o cartão de votação. Como é uma votação simples, está  
132 APROVADO. Não temos nenhum voto contra, para simplificarmos o processo.  
133 Muito obrigado.

134 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (Libres):- Para os indígenas  
135 que fazem parte, eles não têm acesso à internet, por conseguinte... Sou  
136 Conselheiro da Libres, Conselheiro do CEMA, faz-se presentes aqui também  
137 representantes da comunidade indígena que até o presente momento não fizeram  
138 parte deste Conselho, e eles não podem receber uma comunicação por meio  
139 eletrônico, simplesmente porque as aldeias não têm acesso a isso. Portanto, seria  
140 irregular por parte deste Conselho fazer isso e fazer com que os indígenas não  
141 tivessem acesso a essas informações.

142 Então, a gente requer aos membros que faça um asterisco na sua decisão  
143 que para aqueles que queiram receber através de meio impresso, que o façam, até  
144 porque estaremos cerceando essa comunidade do acesso às informações.  
145 Obrigado.

146 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. É salutar, já em outra reunião foi  
147 discutido esta dificuldade, então só consulto os Conselheiros, nós não precisamos  
148 modificar, apenas acrescentar que no caso da comunidade indígena nós faremos  
149 então, inclusive documentando esta notificação. Corrigido, vai para a Ata, está  
150 gravado. Ok.

151 Então, devolvo a palavra para o Alfredo para que faça a leitura do item  
152 número um.

153 O Sr. Secretário Executivo:- Vou fazer uma breve explanação aos  
154 senhores. Como ocorreu alteração no Regimento Interno do Conselho do Litoral,  
155 os técnicos do Conselho do Litoral não mais emitem um parecer como a última  
156 reunião de dezembro de 2017. Portanto, a partir desta reunião, a maioria dos  
157 processos e a tendência é cada vez mais, todos os processos aqui pautados serão  
158 via sistema eletrônico - SGA, do IAP. O que confere inclusive mais transparência  
159 aos processos, como estavam falando o Secretário Bonetti e o Dr. Paulo Glaser,  
160 tendo em vista que o Ministério Público Estadual tem acesso a todos os processos  
161 via SGA do IAP.

162 Por que estou fazendo esta explanação? Porque anteriormente, repito, até  
163 dezembro, nós líamos um parecer que era elaborado pelos nossos técnicos do  
164 Conselho do Litoral. Portanto, a partir de agora nós teremos que, enfim,  
165 encontrarmos uma forma para que os senhores Conselheiros, em comum acordo,  
166 obviamente, possam se inteirar dos processos.

167 Então, nós temos duas opções. Uma é que os senhores têm na tela que nós  
168 do Conselho do Litoral, a Magali e eu, elaboramos um breve resumo, de duas  
169 linhas, com relação ao processo. E nós trouxemos aqui os processos que eu posso  
170 ler, alguns têm três folhas, três páginas, outros quatro, cinco, depende.

171 Então, esse assunto deve ser colocado nesta primeira reunião para que  
172 fique bem claro aos senhores que nós, enquanto Secretaria Executiva do  
173 Conselho do Litoral, estamos nos adaptando ao novo Regimento Interno.  
174 Portanto, vale lembrar que os senhores Conselheiros receberam desta reunião,  
175 com extrema antecedência, quase vinte dias de antecedência, os processos para  
176 que tomassem conhecimentos do teor dos processos.

177 Portanto, se os senhores estiverem de acordo, eu darei início à leitura bem  
178 sucinta e, eventualmente, se algum Conselheiro assim desejar, eu posso fazer a  
179 leitura do processo em si.

180 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Pergunta, Secretário.

181 O Sr. Secretário Executivo:- Desculpe lhe cortar, como o Secretário  
182 Bonetti comentou, nós elaboramos uma ata após esta reunião. Então, sempre  
183 quando algum Conselheiro for se manifestar, peço, por gentileza, que se

184 presente, diga o seu nome e a entidade que representa ao longo de toda a  
185 reunião.

186 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Ótimo. A pergunta é mais de rito,  
187 havendo interesse do pedido de vista de um processo, quando ele vai ser pedido,  
188 após a leitura, antes da votação?

189 O Sr. Secretário Executivo:- Após a leitura.

190 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Antes da votação.

191 O Sr. Secretário Executivo:- Antes da votação. Nunca é colocado...

192 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Só para eu não perder  
193 legalmente...

194 O Sr. Secretário Executivo:- É retirado de pauta e não é colocado em  
195 votação, porém será encaminhado para a próxima reunião.

196 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- E vai a votação este pedido ou  
197 não?

198 O Sr. Secretário Executivo:- Não.

199 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Não? Obrigado.

200 O Sr. Secretário Executivo:- Irá para votação na próxima reunião,  
201 digamos, dali a dois meses.

202 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Obrigado. Está esclarecida minha  
203 preocupação. Pedro Guimarães, CEDEA.

204 O Sr. Secretário Executivo:- De nada. Ficamos sempre à disposição para  
205 esclarecimento. O Dr. Paulo Glaser bem lembrou aos senhores Conselheiros,  
206 uma vez tendo solicitado o pedido de vista terá que ser elaborado um parecer  
207 técnico, justificando esse parecer, para que não seja simplesmente, digamos,  
208 eventualmente, uma medida protelatória. Ok.

209 Podemos dar início, Secretário Bonetti? (Assentimento).

210 (Lê) Protocolo nº 14.520.884-0: Trata-se de Licença Ambiental  
211 Simplificada (LAS) para piscicultura no município de Morretes. Requerente:  
212 Ronie Leo Piske.

213 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa).

214 O Sr. Conselheiro Luiz Afonso Buest Rosário (Libres):- O Secretário  
215 assegura para nós que o protocolo, que o processo que está tramitando, seguiu  
216 estritamente a Portaria 034, do IAP? E ao mesmo tempo podemos ter certeza que  
217 está sendo elaborado em conformidade com a normativa ou a instrução, com a  
218 recomendação do Ministério Público 003/2018? Esses dois itens são  
219 fundamentais e importantes para termos segurança que estamos votando dentro  
220 da legislação aplicável. Preciso desta segurança para votar e acho que todos os  
221 Conselheiros, senão estaríamos cometendo um erro e possivelmente em algumas  
222 situações que serão poucos desejáveis.

223 O Sr. Presidente:- Eu inicio a resposta à sua indagação e na sequência é  
224 provável que tenhamos que ter um resposta mais técnica e jurídica sobre sua  
225 pergunta. Mas o Colit recebe os processos do IAP, faz uma triagem, alguns  
226 processos o Colit entende que deve voltar por entender que não está completo e  
227 dias seguintes este processo retorna. Então, nós fazemos uma triagem. E quando  
228 retorna, nós só colocamos na pauta quando entendemos, inclusive com parecer  
229 jurídico na SEMA de que o processo está totalmente legal. Este é o rito, é o que  
230 nós fazemos para que dê segurança não somente para o Presidente do Colit como  
231 também para que não possamos inclusive trazer processos colocando o próprio  
232 Conselho em constrangimento. Este é o ritual.

233 Mas gostaria se o Dr. Paulo Glaser ou a própria Ana Cecília pudessem  
234 tecnicamente, juridicamente explicar melhor esta questão.

235 O Sr. Conselheiro Paulo Glaser (PGE):- Boa tarde. Eu apenas gostaria de  
236 fazer um apontamento do ponto de vista regimental. Os processos que aqui  
237 chegam, como já estão disponibilizados a todos os Conselheiros, justamente  
238 somos aqui um Conselho para que cada Conselheiro possa fazer a sua avaliação  
239 individual das pertinências que ele entende que se aplicam ao caso. Neste caso  
240 para o Colit, para a Secretaria do Colit, o processo se encontra maduro para que  
241 seja votado. Mas é um direito do Conselheiro, na medida em que ele tem algum  
242 tipo de dúvida, fazer o pedido de vista do protocolo, naturalmente de forma  
243 justificada, onde a justificativa evidentemente precisa ser uma justificativa de

244 boa-fé, de pertinência, entregar isso logo após os pedidos de vista, com parecer  
245 técnico, fundamentado e aí o procedimento será retomado a votação.

246 Então, não nos cabe aqui fazer apontamentos que obrigue algum  
247 Conselheiro a tomar algum ponto de vista. Nós aqui, o Conselho como um todo,  
248 devemos colher dos Conselheiros as suas opiniões. Então, neste ponto fica o  
249 esclarecimento. Apenas este ponto gostaria de deixar claro. Obrigado.

250 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (Libres):- Só uma  
251 consideração, o que foi colocado pelo Luiz Afonso, é porque existem técnicos do  
252 IAP, dependendo do tipo de licenciamento, há exigências legais dos conselhos de  
253 classe como, por exemplo, o CREA, CRBio e outros conselhos que apenas  
254 funcionários, técnicos com habilitações específicas, podem estabelecer  
255 licenciamentos específicos.

256 Então, a pergunta é muito clara, exemplo, estamos falando aqui de um  
257 empreendimento que é uma piscicultura: há um engenheiro de pesca? Há um  
258 apicultor técnico especializado, habilitado no seu conselho, considerando que o  
259 próprio IAP há mais de vinte anos não faz nenhum tipo de concurso público,  
260 queremos saber se há um técnico especializado e habilitado no Conselho para  
261 realizar esse licenciamento. Do contrário, senhores Conselheiros, teremos aí um  
262 mar de questionamentos técnicos e de incapacidade técnica e habilitação legal  
263 para licenciar.

264 Então, essa é a pergunta e nós não ouvimos esta resposta da Mesa. Então,  
265 a gente de novo faz este reforço: se há em cada um dos licenciamentos aqui  
266 propostos, técnicos especializados e habilitados nos conselhos de classe. Esta é a  
267 pergunta. Obrigado.

268 O Sr. Presidente:- O Prefeito Justus pediu a palavra e na sequência Paulo  
269 Glaser.

270 O Sr. Conselheiro Roberto Justus (Prefeito de Guaratuba):- Boa tarde a  
271 todos. Presidente, Secretário, meus colegas prefeitos, os novos integrantes, os  
272 novos colegas do Conselho, o público presente. Vendo esta pequena discussão  
273 que se iniciou, gostaria de reiterar o posicionamento que tomei na primeira  
274 reunião do Conselho no ano passado.

275 O Conselho do Litoral sempre foi visto como um grande entrave para o  
276 desenvolvimento do litoral do Paraná, como um grande tumultuador de  
277 processos, como um óbice para todo e qualquer tipo de projeto visando qualquer  
278 tipo de empreendimento, seja geração de emprego, enfim, o que quer que seja.  
279 Com esta nova composição e sob o comando do Presidente Bonetti, nós  
280 conseguimos, ao longo do tempo, mudar esta história. Digo de experiência  
281 própria, por ser filho do Deputado Nelson Justus que muito pediu, insistiu pela  
282 extinção do Colit na Assembleia e junto ao Governo de Estado, porque se não é  
283 para trabalhar pelo desenvolvimento do litoral, então não precisamos do Colit. O  
284 Colit não é órgão licenciador ambiental. Quem dá licença ambiental é o IAP, são  
285 os órgãos do Governo Federal que têm os seus técnicos capazes, competentes  
286 para fazer isso. Eu não vim discutir questões técnicas, não é para isso que o Colit  
287 serve. Nós temos aqui representantes da Associação Comercial, nós temos aqui  
288 representantes dos prefeitos, dos mais diversos setores que não têm competência,  
289 no termo técnico mesmo, para decidir se determinado projeto é prejudicial ao  
290 meio ambiente ou qualquer outro tipo de situação de segurança do trabalho ou  
291 qualquer que seja.

292 É a minha postura, é a minha posição, quando o processo vem para o  
293 pleno do Colit para discussão eu já parto do pressuposto que as Câmaras  
294 Temáticas, os técnicos, os órgãos ambientais envolvidos já avalizaram o processo  
295 - vejo aqui o Prefeito de Matinhos chegando. Boa tarde, Prefeito Ruy. Eles já  
296 estão dizendo que no entendimento das Câmaras Temáticas do IAP, enfim, de  
297 todos que trabalharam neste processo está em condição de ser aprovado, cabendo  
298 a nós, integrantes do Colit, discutir se isso é interessante para o desenvolvimento  
299 do município ou não.

300 Exemplo, quando eu vejo um pedido de licença para a piscicultura no  
301 município de Morretes, o raciocínio que eu faço é: interessa para Morretes ter  
302 alguém desenvolvendo a piscicultura no seu território? É isso que Morretes quer?  
303 Isso é importante para o município, para o desenvolvimento do município? Se é,  
304 eu levanto o meu cartão verde. Se eu acho que não é, aí eu tenho toda a  
305 autonomia para dizer não quero.

306 De repente vamos ter que discutir sobre a baía de Guaratuba. Eu não vou  
307 discutir se isso vai gerar algum tipo de impacto nas águas da baía de Guaratuba.  
308 Eu vou discutir se isso é bom para o meu comércio, para o meu trânsito, se isso é  
309 bom para o desenvolvimento da minha cidade. Agora se for para discutir se vai  
310 prejudicar a qualidade do mangue da baía de Guaratuba, eu não tenho a menor  
311 capacidade técnica para fazer. Se vier para cá para eu discutir isso, é porque  
312 alguém, técnico, competente, já veio e já disse que é.

313 Agora, eu posso também não confiar, que a gente viu também ao longo do  
314 tempo, não confiar no trabalho desses técnicos. “Ah, passou pela Câmara  
315 Técnica, mas lá só tem pelego, não estão preocupados com determinado  
316 papagaio, enfim, a minha preocupação.” Tudo bem! Mas isso cabe ao  
317 Conselheiro e à sua equipe acompanhar o processo, pedir vista dos processos  
318 antes de ele vir para cá, estudar isso, enfim, questionar os técnicos, trabalhar isso  
319 com os técnicos e colaborar para que formação, para quando ele chegar aqui no  
320 Conselho ele já esteja completo, digerido, pronto para ser julgado. Até porque,  
321 vamos lá, o processo é colocado em pauta, a pauta é publicada com bastante  
322 antecedência e as reuniões do Conselho são de noventa em noventa dias. Se for  
323 para a gente ficar pedindo vista de processo, toda a vez que o processo é  
324 colocado na pauta, como já foi feito há muito tempo, esvazia-se o Colit, vamos  
325 todos fazer papel de bobo de novo ou vamos virar chacota como era o Colit há  
326 pouco tempo.

327 Então, com todo o respeito de quem pensa de forma contrária, essa é a  
328 minha posição, é isso que eu venho votar aqui e já antecipo para vocês, se tiver  
329 alguma preocupação com determinada questão técnica de algum protocolo, que  
330 foi incluído na pauta com trinta dias de antecedência, eu tenho este compromisso.  
331 Eu vou pegar lá o meu Secretário de Meio Ambiente, eu vou pegar o meu  
332 Secretário de Urbanismo e vou dizer: “Vá lá, pegue o processo, estude o processo  
333 e me diga: Está de acordo? Ou não está de acordo?” E aí a gente discute isso  
334 internamente.

335 Eu não consigo entender, por exemplo, que alguém venha aqui e diga  
336 assim: “Olha, determinado processo não pode ser aprovado porque deveria ter

337 consultado a comunidade indígena.” Eu não tenho condições de saber se deveria  
338 ou não deveria ter consultado a comunidade indígena. Eu imagino e eu parto  
339 deste pressuposto que se o processo está aqui e se a comunidade indígena não foi  
340 consultada, é porque não precisa. E eu vou nesta linha, confiando sempre no  
341 trabalho dos técnicos. “Ah, mas eu sou especialista em comunidade indígena, em  
342 legislação indígena e eu entendo diferente!” Tem as Câmaras Técnicas, tem toda  
343 uma abertura, uma transparência para discutir isso, mas nunca, na minha opinião,  
344 com todo o respeito, aqui comigo porque eu não sou preparado para isso.  
345 Obrigado.

346 O Sr. Presidente:- Obrigado, prefeito. Com a palavra, Dr. Paulo Glaser.

347 O Sr. Conselheiro Paulo Glaser (PGE):- Eu tenho apenas a chancelar todas  
348 as palavras do prefeito de Guaratuba, porque aqui se trata de um Conselho, entre  
349 aspas, “leigo”. Não nos cabe fazer aqui julgamento da matéria de forma técnica,  
350 porque cada especialidade, embora cada um possa ter a sua, enfim, a finalidade  
351 do Conselho não é essa.

352 É bom lembrar que qualquer licenciamento desses que estão em pauta  
353 hoje, se não estivesse sendo realizado aqui na região do litoral, fosse em qualquer  
354 outra região do Estado, onde não existe o Colit, não haveria nenhum tipo de  
355 questionamento. Seriam aprovados, eventualmente alguém que não concordasse  
356 poderia judicializar isso. Então, é evidente que os licenciamentos também, como  
357 já disse em oportunidades anteriores, o objetivo do licenciamento não é obtenção  
358 de consenso. Evidentemente nós nunca vamos consensualizar todas as matérias.  
359 Apenas isso, apenas fazer esse esclarecimento. Quer dizer, a nossa avaliação é  
360 mais sentimental, é mais perceptiva do que técnica. E com base nisso também,  
361 ressaltando o direito dos Conselheiros do pedido de vista, poderão fazê-lo na  
362 medida em que entenderem algum questionamento, enfim, cumprindo o  
363 regimento, será retirado de pauta e prosseguido. Obrigado.

364 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. Nós temos mais uma solicitação.  
365 Conselheiro, por favor.

366 O Sr. Conselheiro Cretã:- Primeiramente cumprimentar a todos, meu  
367 nome é Cretã, daqui para a frente farei parte deste Conselho. A gente fez a

368 reivindicação da necessidade da participação indígena em qualquer conselho que  
369 venha decidir qualquer... Como o prefeito falou, um empreendimento que venha  
370 e que automaticamente vai passar sobre a questão de terras indígenas e territorial.  
371 Existe um preconceito muito grande quando se fala que os indígenas são contra o  
372 crescimento, mas no final o senhor acabou falando que talvez não seja necessário  
373 consultá-los. E há necessidade sim... Eu quero pedir que me respeite. Eu sou  
374 Conselheiro, você é Conselheiro, então vamos nos respeitar.

375 O Sr. Presidente:- Pessoal, por favor. Continue.

376 O Sr. Conselheiro Cretã:- No meu entendimento, senhor prefeito, há  
377 necessidade sim, porque isso envolve política e um Governo não é só de uma  
378 política empresarial, ele também é de uma política social. E os indígenas, queira  
379 ou não o estado brasileiro, nós estamos dentro do município e estamos dentro do  
380 Estado. Geralmente vai para a FUNAI e ela que resolva a situação, vai para o  
381 Ministério da Saúde e o Ministério da Saúde que resolva a situação.

382 As terras indígenas, só para vocês terem uma ideia, olha a quantia de  
383 empreendimento que acontece no litoral do Paraná. Vocês acreditam que não tem  
384 água potável nas terras indígenas! Aqui no litoral do Paraná! Nós estamos  
385 discutindo um porto, estamos discutindo uma linha de infraestrutura, estamos  
386 discutindo política para os nossos municípios, mas vocês acreditam que em  
387 Pontal do Paraná tem duas terras indígenas que não têm água potável e não  
388 estamos três quilômetros longe da cidade, não estamos sete quilômetros longe da  
389 cidade. Vocês acreditam que estamos no Século XXI, já estamos discutindo  
390 outras políticas maiores para o estado brasileiro, e índio não tem água, não tem  
391 um banheiro, e está dentro do município.

392 O Sr. Presidente:- Só um minutinho. Eu fui informado, o senhor está  
393 sentado nessa posição de Conselheiro, mas a informação que eu tenho é que o  
394 senhor ainda não é oficialmente Conselheiro.

395 O Sr. Conselheiro Cretã:- Mas eu fui convocado.

396 O Sr. Presidente:- Mas de qualquer maneira, desculpe, vamos com calma.  
397 Mas de qualquer maneira, o que disse o prefeito, o que você está dizendo que os  
398 demais disseram, neste caso para mim não importa agora, pelo seguinte: porque

399 são opiniões que já foi dito claramente que não cabe ao Conselheiro, nem todo o  
400 mundo conhece profundamente tecnicamente, como eu também, todos os  
401 assuntos. São diversos. Aqui seria como uma instância superior, com o objetivo  
402 de além da avaliação técnica das instâncias anteriores, observada a legislação  
403 brasileira, nós trazemos para o Colit. E cabe a nós aqui colocar em votação e os  
404 senhores votarão a favor ou votarão contra.

405 O Sr. Conselheiro Cretã:- E é uma coisa que tem que ficar bem claro, Sr.  
406 Presidente, que a gente não é contra o crescimento. Nunca vi falar que os  
407 indígenas são contra.

408 O Sr. Presidente:- Mas vamos tirar este assunto de pauta, porque o senhor  
409 é muito bem-vindo. Nós também entendemos que vocês não são contra, os índios  
410 serão sempre consultados, mas queremos dizer que não é neste momento que  
411 vamos debater esta questão. Não faz parte deste debate.

412 O Sr. Conselheiro Cretã:- A princípio era só para dar as boas-vindas a  
413 vocês, dizer que a partir de agora vocês terão um representante indígena neste  
414 Conselho e com certeza vamos estar debatendo de igual para igual e tentar ajudar  
415 e melhorar e que possamos ter um bom desenvolvimento, que é o propósito deste  
416 Conselho.

417 O Sr. Presidente:- Obrigado. Desculpa, vamos por ordem, trate este  
418 assunto individualmente, essa é uma questão de encaminhamento legal, senão  
419 não vamos dar prosseguimento à pauta, que é o nosso objetivo aqui.

420 O Sr. Secretário Executivo:- Sr. Secretário, se o senhor me permite, sem  
421 ofensa aos dois representantes da Associação Indígena, como os senhores não  
422 fazem parte do Conselho, os senhores enviaram um ofício solicitando para  
423 ingressar como membro do Conselho, Secretário Bonetti. Então, educadamente,  
424 por favor, eu pediria aos senhores que sentassem logo atrás, porque a Mesa é  
425 composta por membros do Conselho, do pleno, e os senhores não fazem parte do  
426 Conselho. E aí abriríamos um precedente para que outro sente-se...

427 O Sr. Conselheiro:- Desculpe, doutor, o senhor tem problema de  
428 memória?

429 O Sr. Secretário Executivo:- Não, por quê?

430 O Sr. Conselheiro:- Porque nós tivemos nossa eleição, o senhor esteve  
431 presente, conversei muito com o senhor, nós fomos eleitos, nós somos da  
432 sociedade civil. Temos algum problema? Desculpe, estou equivocado então.

433 O Sr. Secretário Executivo:- Não, não. Nós não estamos nos referindo ao  
434 senhor.

435 O Sr. Conselheiro:- O senhor se dirigiu a mim, olhando para mim.

436 O Sr. Secretário Executivo:- Não.

437 O Sr. Conselheiro:- Pelo amor de Deus, onde é que eu estou? Pelo amor  
438 de Deus, estou preocupado com a sua saúde. Só isso.

439 O Sr. Secretário Executivo:- Não, não. Eu estava me referindo ao seu  
440 colega, que está ao seu lado, mas que está falando, digamos, representando os  
441 indígenas. Ele colocou desta maneira. Então, só solicitamos ao Sr. Cretã, como  
442 não é membro do pleno.

443 O Sr. Presidente:- Desculpem-me, eu vou encerrar este debate, nós vamos  
444 ficar especificamente na pauta. Conselheiro, por favor, o senhor pediu a palavra.

445 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Dentro da pauta, sou representante  
446 do Conselho de Biologia, o assunto foi de conhecimento técnico, né. Eu me sinto  
447 bem à vontade, porque eu fui funcionário da Emater aqui no litoral, então nós  
448 temos conhecimento de todo esse problema que teve, da pauta que recebemos  
449 com antecedência. Inclusive este assunto foi um assunto que aconteceu em março  
450 de 2011, quando a gente esteve aqui no litoral trabalhando fortemente na  
451 Comunidade Marta, onde foi atingida. Então, só para conhecimento do assunto,  
452 como Conselheiro a gente se sente muito à vontade em ter conhecimento dos  
453 assuntos que serão tratados aqui.

454 O Sr. Presidente:- Perfeito.

455 O Sr. Conselheiro Marcelo Roque (Prefeito de Paranaguá):- Só um  
456 minutinho, Presidente. Eu não estou entendendo, o Luiz Afonso e Juliano Bueno  
457 Araújo, é a mesma entidade? Então, é um sentado e o outro lá atrás, senão o meu  
458 suplente ficará aqui. Está errado. Isso está errado. Não pode ficar os dois  
459 sentados e dialogando aqui. É um só. É a minha visão e é um voto só.

460 O Sr. Presidente:- Perfeito. Eu me detenho à questão, um pode pedir a  
461 palavra, vai falar oficialmente e vai votar. É isso? Perfeito. Na ausência do  
462 titular, o suplente... Normal, isso todo o mundo sabe, não precisamos discutir  
463 esse assunto. Ok. É uma questão de bom senso.

464 E também, senhores Conselheiros, eu procuro e vocês me conhecem há  
465 um ano e sete meses aproximadamente no Conselho, eu procuro tratar sempre  
466 com a maior diplomacia possível, porque eu acho que o principal é respeitar as  
467 opiniões, tratar com clareza, mas com respeito. Então, vamos cuidar aqui com o  
468 respeito, porque é o mínimo que nós podemos aceitar numa reunião tão  
469 importante com pessoas tão importantes como todos nós aqui e com o tempo  
470 também tão importante. Certo?

471 Então, sobre o item número um e agora com calma, coloco em votação.  
472 Os Conselheiros favoráveis, referente ao Protocolo 14.520.884-4, por favor,  
473 manifestem-se erguendo o cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com 21  
474 (vinte e um) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 01 (uma) abstenção.  
475 Muito obrigado. Alfredo, por favor, item número dois.

476 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.845.732-8: Trata-se de  
477 Autorização Ambiental (AA) para Projeto de Limpeza e desassoreamento dos  
478 Rios Jacareí e Piraquara - Comunidade de Floresta, área rural do município de  
479 Morretes. Requerente: Prefeitura Municipal de Morretes.

480 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa).  
481 Conselheiros favoráveis, por favor, ergam o cartão de votação. (Pausa).  
482 APROVADO, com 23 (vinte e três) votos favoráveis, nenhum voto contrário e  
483 01 (uma) abstenção. Muito obrigado. Seguindo, item três.

484 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.946.011-0: Trata-se de  
485 Licença Prévia (LP) para ampliação do terminal de armazenamento, duto para  
486 etanol-TEPAGUA e ramal ferroviário, no município de Paranaguá. Requerente:  
487 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

488 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa).

489 O Sr. Conselheiro Pedro Guimarães Rodrigues (CEDEA):- Trata  
490 exatamente desse processo o meu pedido de vista e prometo que vou ver no

491 primeiro dia que isso estiver disponível a partir da próxima reunião. É um  
492 compromisso que nós temos que ter.

493         Esse pedido se instala em uma região que tem um passivo ambiental que  
494 data da Licença Prévia 02/99 - da Fospar. Ele pretende ampliar as suas  
495 atividades, Prefeito Roque, em cima da comunidade Anhaia. E é uma área sob o  
496 ponto de vista socioambiental complexa. E dentro do parecer eu li uma palavra  
497 que eu não poderia ler mais, porque quando do licenciamento da Fospar que foi  
498 dado em Brasília e não aqui, existem esses mecanismos jurídicos, dependendo de  
499 qualquer interesse, a licença foi dada em Brasília. Então, havia um amplo projeto  
500 socioambiental em cima dos remanescentes da Vila Becker e da comunidade  
501 Anhaia, a lindeira ao Canal Anhaia e aos muros da Fospar.

502         Quando eu vejo aqui que o empreendedor vai ficar responsável pela  
503 relocação, então eu gostaria que os técnicos das ONGs, temos disponíveis  
504 biólogos, advogados, geólogos, assistentes sociais olhassem isso e visse o  
505 modelo disso tudo, porque nós estamos falando de 99 e parece que os problemas  
506 continuam. Fizemos uma visita com o Procurador da República naquela região  
507 muitos anos depois e me parece que as edificações não foram tanto quanto o  
508 mínimo necessário.

509         Então, esse é o meu argumento para o pedido de vista. E reafirmar que a  
510 rediscussão no Conselho do Litoral, pode ser técnico sob o ponto de vista  
511 geológico e pode ser técnico sob o ponto de vista jurídico. E nós cidadãos  
512 devemos enunciar qualquer potencial de risco ao meio ambiente e ao ser humano  
513 dentro do princípio que rege a Constituição, que é a precaução.

514         Só para ilustrar a fala do prefeito de Guaratuba, eu acho que ele era  
515 menino ainda, em 87 eu discuti desesperadamente com o Conselho do Litoral,  
516 com o ITCF, com o Ibama, com o município de Matinhos a instalação do  
517 teleférico. Eles insistiram, passou por todo o rito jurídico existente e causaram  
518 uma tragédia sem nome no litoral, sem similar. Assassinarão três pessoas e cuja  
519 indenização até hoje está pendente, além de que condenaram alguém que não  
520 tinha dado anuência. Eu quero levar o processo ao meu Prefeito Ruy para que ele  
521 não tenha que pagar esta indenização, sabe, meu Prefeito Ruy, porque quem tem

522 que pagar é o Governo de Estado do Paraná, porque quem deu a anuência foi o  
523 Colit.

524 Então, tem que discutir sim, tem que pôr dúvida sim. Não precisa ser  
525 engenheiro, porque nos países democráticos os conselhos não têm nenhum  
526 técnico e não tem autoridade. Só tem povo, só tem gente. E a Constituição me  
527 manda zelar à questão do meio ambiente. Se eu não tenho conhecimento, eu  
528 tenho dúvida, se eu tenho dúvidas eu não voto. Meu único compromisso aqui  
529 com o Secretário é de que quando pôr na mídia as pautas, eu expor as minhas  
530 dúvidas por escrito e atendendo o pedido do prefeito evitar isso aqui. Agora, nós  
531 estamos aqui para discutir sim, nós não somos despachantes de prefeito, nós não  
532 somos despachantes de empresário, seu eu tenho dúvida, se eu não conheço, eu  
533 tenho que tentar entender.

534 Então, esse é o meu pedido, tendo em vista o Parecer 151/2017, na Vila  
535 Becker e Anhaia, um empreendimento que trabalha com inflamáveis, que pede  
536 monitoramento de qualidade de ar. Quem monitora a qualidade do ar em  
537 Paranaguá? Quantas estações têm? O IAP, o NQA monitora? Armazenar  
538 resíduos por um ano. Qual tipo de resíduo? Qual categoria de resíduo? E essa  
539 palavra “desocupação”, como vão fazer no Maciel, né. Então, esse é o meu  
540 pedido. Desculpe e deixar claro que não vou mais tomar a palavra. Atlantis Eloir  
541 Macedo tem uma pendência na Justiça Federal - Ação Civil Pública, isso não  
542 pode ser votado aqui, porque é desrespeito ao Ministério Público.

543 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. O Dividino pediu a palavra e na  
544 sequência temos o Prefeito Justus, um minuto, e o Prefeito de Paranaguá, um  
545 minuto.

546 O Sr. Conselheiro Luiz Henrique Tessuti Dividino (APPA):- Boa tarde a  
547 todos os Conselheiros. Eu queria trazer então os esclarecimentos desse tema.  
548 Inicialmente não estamos falando de ampliação de terminal. A palavra ampliação  
549 aí é a ampliação do grupo de produtos. Antigamente só se tinha o produto etanol,  
550 hoje existe um conjunto de outros produtos e subprodutos. Não se vai construir  
551 nenhum tanque a mais, simplesmente se vai fazer melhorias na parte de carga e  
552 descarga do terminal e tornar a visão múltipla sob o ponto de vista de produto.

553 Normalmente alterar a condição de produto, esta é uma discussão normalmente  
554 interna do IAP até porque o empreendimento não traria nenhum novo impacto,  
555 até porque ele não tem novo volume, não vai aumentar nenhum tanque a mais,  
556 nada neste sentido.

557 Complementarmente eu queria trazer a informação, talvez seria importante  
558 o Conselheiro amigo ir lá, até lhe convido para encontrá-lo, no Canal do Anhaia  
559 nós removemos todas as famílias e não tem nenhum problema com este  
560 empreendimento. Essa foi uma iniciativa da APPA. Na Vila Becker, que é onde  
561 aconteceu um acidente, na década passada, que já está bastante distante, nós  
562 tínhamos quatrocentas e poucas famílias. Já removemos trezentas e noventa e  
563 poucas, construimos duzentas e vinte casas e as demais aceitaram a indenização.  
564 Foi uma discussão judicial obviamente e existem somente doze casas em uma  
565 área de duzentos mil metros quadrados, diga-se de passagem muito distante deste  
566 que estamos discutindo que já se tem o mandato de reintegração de posse. A  
567 discussão de reintegração de posse hoje acabou que o juiz acolheu um pedido de  
568 revisão do valor, por conta que tínhamos um valor estabelecido em cima do  
569 programa Minha Casa Minha Vida e alguns desses moradores entendiam que  
570 aquele valor não era coerente.

571 Então, estamos falando de um total de quatrocentas e quarenta casas,  
572 aproximadamente juntando com o Anhaia, só tem doze hoje para tirar que já têm  
573 a declaração de reintegração de posse da área do Governo Federal.

574 Então, queria convidar para quem quiser ir lá, porque o que se falava da  
575 Vila Becker hoje não existe mais. Se entrarmos hoje no Google Earth, se tiver  
576 atualizado, nós vamos ver que aquilo não existe mais. Aquilo foi totalmente  
577 remediado e a administração do porto indenizou todos aqueles que estavam  
578 listados naquela ação pública, tal é que o próprio judiciário entende como se a  
579 ação estivesse encerrada, na medida em que somente faltam aqueles doze serem  
580 removidos de lá.

581 A APPA também, por uma questão de cordialidade, não está insistindo na  
582 remoção da força. Existe um caso lá muito característico, que já se tornou um  
583 ponto comercial. Então, não estamos querendo entrar na discussão, existe um

584 tempo para amadurecer dentro do judiciário e logo, logo não teremos mais  
585 aquilo. Só para termos uma ideia, as áreas que antigamente foram mencionadas  
586 aqui são consideradas hoje áreas de exclusão onde nada tem lá. É uma área de  
587 proteção e em tese, a palavra não é essa, de amortecimento para que um eventual  
588 impacto possa acontecer.

589 Então, insisto e digo: nós precisamos, com todo respeito ao nosso  
590 Conselheiro, para que a gente tire um item da pauta, pedindo vista, nós  
591 precisamos conhecer o processo. Eu quero seguir aqui ao que o colega e prefeito  
592 de Guaratuba colocou, eu quando recebo a pauta, eu analiso todos os processos e  
593 já estou votado até a hora de ir embora. Eu não tenho dúvida de nada. Se eu tiver  
594 uma dúvida, imediatamente eu vou, mediante os documentos que eu recebi, eu  
595 vou questionar.

596 E para encerrar, eu já tomei mais tempo do que deveria, mas acho  
597 importante que se esclareça os procedimentos. E para terminar, sob o ponto de  
598 vista ambiental, há de se comentar aqui que a administração do Porto de  
599 Paranaguá, os portos públicos de Paranaguá e Antonina são considerados pelo  
600 Governo Federal, que têm um indicador nacional, como o melhor programa de  
601 desenvolvimento ambiental do país entre portos públicos e privados. Nós não  
602 iríamos cometer obviamente, vamos dizer, negligenciar um pedido desse aqui.  
603 Obrigado.

604 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. Prefeito Justus.

605 O Sr. Conselheiro Roberto Justus (Prefeito de Guaratuba):- Muito  
606 rapidamente, a respeito do pedido de vista, eu vejo até uma disposição do  
607 Presidente da APPA convidando as pessoas a conhecerem o projeto, enfim, o  
608 pedido de vista está em discussão e eu queria só acrescentar que o pedido está  
609 bem fundamentado. É para fazer um estudo técnico em cima do estudo que foi  
610 feito pelo corpo técnico do Colit.

611 Eu só queria deixar registrado que espero de coração a melhor das  
612 intenções, que se for concedido vista, passado os noventa dias, seja juntado um  
613 estudo técnico no processo ou uma manifestação sequer, porque o que não pode  
614 acontecer é esse processo ser retirado e ser devolvido trinta, noventa dias depois

615 do mesmo jeito que ele foi retirado, porque isso tira o crédito do Conselho,  
616 desmoraliza todos os seus integrantes. Obrigado.

617 O Sr. Presidente:- Perfeito. Ok. Prefeito Roque.

618 O Sr. Conselheiro Marcelo Roque (Prefeito de Paranaguá):- Dizer ao  
619 Pedro, que me citou aqui, que nós temos uma CAP que nós demos ao Porto de  
620 Paranaguá com relação ao empreendimento dizendo que o local é permitido para  
621 fazer as atividades. Foi dado em setembro do ano passado, até para ter o ingresso  
622 aqui no IAP. E nós temos as leis do município que, após ser liberado aqui, ainda  
623 serão discutidas as questões ambientais do município de Paranaguá em conjunto  
624 com o Porto de Paranaguá e que estamos atentos a todos as questões ambientais  
625 do nosso município. Nós temos uma equipe técnica qualificada, nós não vamos  
626 deixar fazer do nosso município, dos bairros, o Bairro da Portuária e da Vila  
627 Becker, não vamos fazer nada de anormal e respeitando as leis do município de  
628 Paranaguá. Pode ter certeza que a coisa será muito bem feita, estamos passando  
629 Paranaguá a limpo desde 2017 na legalidade, você pode ter certeza disso.

630 O Sr. Presidente:- Eu gostaria, Conselheiro Pedro, em função das  
631 considerações que já foram feitas e nós estamos praticando essa nova modalidade  
632 no Colit, a partir desta reunião, que o Conselheiro tem direito ao pedido de vista,  
633 terá que ser concedido, terá até quinze dias para fazer a justificativa técnica,  
634 logicamente assinado, e nós teremos, de acordo com o regimento, em torno de  
635 quinze dias para remeter ao órgão licenciador e aí colocarmos numa pauta, que  
636 teríamos aproximadamente, descontando os dias não úteis, enfim, teremos aí  
637 aproximadamente, não sendo uma extraordinária, em torno de noventa dias.

638 Sendo assim, como foi disponibilizado esse processo anteriormente e está  
639 aqui também, peço a possibilidade do senhor retirar o pedido de vista e que a  
640 gente pudesse colocar em votação. Se não for possível neste momento, eu lhe  
641 peço também a possibilidade de durante a reunião, nós pulamos esse item agora,  
642 passamos a tratar de outros itens, e o processo está presente em meio físico. Esse  
643 é o nosso pedido. Por favor.

644 O Sr. Conselheiro Pedro:- Como eu não represento a mim mesmo, existem  
645 outras entidades da sociedade civil, o Libres, o que a sociedade civil acha desta

646 proposta e desde já o Dividino se comprometendo a fazer um tur e nos mostrar e  
647 quiçá, dentro alguns dias, porque eu não gosto de dúvidas. O meu histórico, em  
648 relação ao poder público, é devastador. Não estou duvidando de você e não estou  
649 duvidando da legalidade dos atos, mas entre o propor e o fazer tem um buraco  
650 tão grande. Eu tinha até uma anotação, mas sei que o Paulinho Brosca vai me  
651 ajudar a resolver, não vou nem levantar aqui. Eu queria saber, da vaga  
652 ambientalista, dos pescadores, dos representantes da sociedade civil, o que eu  
653 faço: mantenho o pedido de vista antipático, que me parece, ou aceitamos essa  
654 ponderação, marcamos um prazo e em trinta dias dá para dizer: “Está legal! O  
655 Prefeito Marcelo está cumprindo tudo, o Dividino está cumprindo. Não tem mais  
656 remanescentes da LP 02/99.” Eu não posso exercer a minha vontade, o que o  
657 Libres e peço a manifestação de outros da entidade civil de direito privado sem  
658 fins lucrativos, acham do meu voto. Mantenho o pedido de vista ou fazemos, não  
659 queria dizer esta palavra, ou fazemos um acordo aqui para dinamizar o  
660 Conselho do Litoral, que eu tanto defendo. Eu não quero o prefeito criticando o  
661 Conselho do Litoral. Obrigado.

662 O Sr. Presidente:- Por favor.

663 O Sr. Conselheiro Luiz Henrique Tessuti Dividino (APPA):- Presidente,  
664 eu quero dizer primeiramente que nós precisamos trazer para o Conselho... Eu  
665 quis colocar de uma forma muito gentil, ou nós temos conhecimento do que  
666 estamos discutindo ou eu também mando o suplente aqui. Nós não podemos  
667 levantar algo... Se tem dúvida vá ver antes. O senhor quer manter o pedido de  
668 vista, não tem nenhum problema. Não tem acordo, não tem nada. O senhor pode  
669 mantê-lo. Eu só quero lhes dizer: Isso não é uma atitude que o Conselho deve ter  
670 como premissa e base, senão eu poderia vir aqui, e eu estudando os processos  
671 como eu sou detalhista, eu acho um problema em cada lugar para criar problema  
672 aqui. Repito, não é este o motivo deste Conselho. o motivo deste Conselho ou  
673 nós vamos à frente ou nós vamos à ré.

674 O Sr. Presidente:- Ok., Dividino, mas eu acredito que nós estamos  
675 encaminhando para votação. E acrescento ainda mais, acho que a disposição está  
676 tão clara que a gente nem pode, Conselheiro, isso já foi feito em reuniões

677 anteriores colocar como condicionante, então vocês estão pactuando que será  
678 feito um tur, estão confiando no que está no processo e no que está sendo dito e  
679 fica uma condicionante. Tudo isso está sendo registrado, se não confirmar o que  
680 foi dito e no que está escrito, não terá validade a votação. Então, eu acrescento  
681 que além de pedir a reconsideração, para ficar mais seguro para o Conselheiro  
682 que a gente faça um condicionante, aprove com uma condicionante. Ok. Então,  
683 para ficar bem claro, só vamos passar a palavra para o titular presente.

684 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (Libres):- O titular saiu da  
685 Mesa, o suplente acabou de assumir.

686 O Sr. Presidente:- Então, por favor.

687 O Sr. Conselheiro Juliano Bueno de Araújo (Libres):- Vamos usar deste  
688 instrumento legal. A Libres também requer vista do processo. Conheço a área, já  
689 fui Secretário no município de Paranaguá, já estive dentro da prefeitura de  
690 Paranaguá, já trabalhei no setor privado de Paranaguá, conheço bem todas as  
691 condicionantes, também como engenheiro. Portanto, temos um interesse claro,  
692 interesse da população. Vamos lembrar, Dividino, infelizmente alguns processos  
693 chegaram para nós há poucos dias. É impossível!! No dia 28, por exemplo, foram  
694 enviados outros processos para serem analisados. Nós temos uma equipe técnica,  
695 dentro da nossa organização, mas há necessidade de prazo. Eu fiz parte muito  
696 tempo do Conama, do CNRH, nós recebíamos, Sr. Secretário Executivo Alfredo,  
697 com prazo de trinta dias de antecedência, com todos os volumes digitalizados,  
698 porque isso significa acesso à informação facilitada.

699 Quando a gente faz com que uma prefeitura do litoral aqui de  
700 Guaraqueçaba tenha que sair daqui e ir até à Secretaria do Colit em Curitiba, isso  
701 significa custos, isso significa tempo de funcionários e a gente não quer isso. A  
702 gente tem que fazer um encaminhamento, Sr. Presidente, Antônio Bonetti, que  
703 sempre teve um arrazoado no sentido dos avanços administrativos para o acesso  
704 de todas as partes deste Conselho.

705 Então, nós pedimos vista sim, entendo a preocupação, a vontade e a  
706 necessidade de acelerar o licenciamento, mas vamos exercer o nosso direito

707 democrático de fazer democrático de fazermos a vista e por óbvio darmos os  
708 encaminhamentos que forem necessários

709 O Sr. Presidente:- Seguindo o regimento, concedemos o pedido de vista. E  
710 passo, então, para o item número quatro. Alfredo, por favor.

711 O Sr. Secretário Executivo:- Rapidamente, se faz necessário informar aos  
712 membros do Conselho que ingressaram hoje que, a partir da próxima reunião,  
713 tenham em mente a situação que ocorreu aqui de que o titular e o suplente  
714 sentaram-se juntos e começaram a explanar as suas ideias.

715 Então, justamente o prefeito de Paranaguá bem aventou essa situação, ou o  
716 titular ou o suplente, nós pedimos, e que também faça parte da Mesa ou o titular  
717 ou o suplente. Vou dar um exemplo, antes do Prefeito Marcelo Roque ingressar  
718 aqui no recinto, estava o seu representante. O prefeito chegou, o representante se  
719 retirou. Isso é por hábito, isso não está sendo colocado hoje especificamente.

720 Portanto, daremos sequência à votação. Item número quatro, Protocolo n°  
721 14.219.616-6: Trata-se de Autorização Ambiental (AA) para implantação de  
722 caixa de desaceleração à margem da BR 277 (km 36,8) no Município de  
723 Morretes. Requerente: Concessionária Ecovia Caminhos do Mar S/A.

724 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
725 Conselheiros favoráveis, por favor, ergam o cartão de votação. (Pausa).  
726 APROVADO, com 23 (vinte e três) votos favoráveis, nenhum contrário e  
727 nenhuma abstenção. Obrigado.

728 Seguindo, por favor, item cinco.

729 O Sr. Secretário Executivo:- Protocolo n° 14.295.190-8: Trata-se de  
730 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento náutico no  
731 Município de Antonina. Requerente: Clube Náutico de Antonina.

732 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Uma questão de ordem, por favor.  
733 (Assentimento). Eu não queria polemizar quando eu fiz aquele questionamento  
734 anterior a respeito da Portaria IAP 034, de 09 de fevereiro de 2018, quando ela  
735 determina a cessão imediata de emissão de parecer técnico conclusivo de  
736 licenciamento ambiental por servidor sem habilitação legal. Por isso que pedi se

737 o senhor estaria assegurando se estava cumprindo a Portaria. Ponto um: o senhor  
738 me assegurou. Fiquei mais tranquilo.

739 Agora, como vamos entrar em uma pauta que envolve as marinas, que  
740 envolve empreendimentos, existe uma recomendação, como citei inicialmente,  
741 003/2018, de 15 de fevereiro de 2018. É uma recomendação que trata justamente  
742 com relação a esses empreendimentos das marinas para ser tratadas de forma  
743 sinérgica, não individual, porque hoje ocorre muito a análise individual de cada  
744 uma delas e não de forma sinérgica.

745 Então, o Ministério Público do Estado do Paraná fez esta recomendação, é  
746 um procedimento administrativo e fez os devidos encaminhamentos a este  
747 Conselho também, todos os Conselheiros anteriores ficaram cientes. Então, a  
748 única coisa que quero saber para me deixar tranquilo é se foi observada esta  
749 recomendação ou não. Ponto um. E outra questão, por último, muito se falou  
750 aqui, o Prefeito Roque, com todo o respeito ao Prefeito Justus, que tiveram  
751 oportunidade ou o próprio superintendente tiveram oportunidade de ter acesso a  
752 pauta, infelizmente à sociedade civil não teve esta oportunidade. Nós tivemos  
753 conhecimento desta pauta de forma sucinta, extremamente sucinta. Ou seja, duas  
754 laudas há uma semana.

755 Então, perdoem-me se eu não tenho esse conhecimento. Eu não tenho, e  
756 eu preciso estar seguro daquilo que estou fazendo. Obrigado.

757 O Sr. Presidente:- Só para eliminar esta dúvida, todos recebem  
758 simultaneamente igual a informação, exceto que processos chegam mais cedo ou  
759 mais tarde na Secretaria do Colit, porque a maioria hoje são SGA. Então, na  
760 medida em que vão chegando vão sendo remetidos, mas ninguém tem o  
761 privilégio da informação. Certo? Ok.

762 Conselheiros, sobre esta questão que o Conselheiro acabou de solicitar em  
763 relação ao item cinco, nós temos sete itens referentes às marinas ou  
764 assemelhados. Então, além da pergunta do Conselheiro, e aí eu gostaria de  
765 insistir, nós temos uma explicação a ser feita aqui pelo Paulo Glaser  
766 especificamente sobre a recomendação. E aí eu gostaria que o raciocínio fosse no  
767 seguinte sentido, que a explicação, a sua dúvida, a explicação do Dr. Paulo e

768 outros técnicos vai servir para todos os itens e a decisão que nós vamos tomar  
769 será exatamente sobre todos os itens, se vamos votar ou não ou se vamos  
770 conceder, se for o caso, pedido de vista. Todos os itens relativos à marina, eu já  
771 disse no início. Ok?

772 Então, Dr. Paulo Glaser, faz uma explanação sobre o tema e na  
773 sequência vamos decidir.

774 O Sr. Conselheiro Paulo Glaser (PGE):- Boa tarde a todos. Eu  
775 gostaria de fazer apenas um breve histórico desta questão das marinas e o porquê  
776 os senhores Conselheiros estão se deparando com vários protocolos aqui,  
777 exceção apenas os protocolos iniciais, deveríamos ter muitos outros ainda.

778 Há um tempo, a nossa PGE ambiental vem trabalhando junto com o  
779 IAP desde o final do ano de 2016. E uma das primeiras reuniões que nós tivemos,  
780 juntamente com a Procuradoria Federal no Estado do Paraná, foi relativamente a  
781 este tema. Havia uma preocupação e o IAP já vinha tentando  
782 administrativamente tomar algumas providências de regularização desta questão,  
783 porém sem grande taxa de retorno em relação ao interessados. Então, em sintonia  
784 com o Ministério Público Federal e também com o conhecimento e anuência do  
785 juízo da 11ª Vara Federal, estabelecemos um rito de propositura de ações onde o  
786 Ministério Público Federal veio e propôs, os senhores verão nas recomendações  
787 do Ministério Público Estadual que eles relacionam mais de quarenta ações já  
788 propostas, muitas delas que já estão em trâmite há alguns anos. Então, neste  
789 esforço conjunto e IAP, Ministério Público Federal e Justiça Federal do Paraná,  
790 estabelecemos um rito onde o Ministério Público Federal proporia as ações, o  
791 interessado viria a ser citado e o IAP viria aos autos promovendo a regularização  
792 dessas marinas, na maioria delas marinas já existentes, marinas que estão aí há  
793 décadas, se não até há mais de um século operando. Então, esta questão vem  
794 gradativamente prosseguindo.

795 De forma muito recente o Ministério Público Federal, pontualmente mais  
796 por conta do ponto de vista individualizado de um membro do Ministério Público  
797 Estadual, houve uma insurgência em relação ao procedimento do IAP. Quer  
798 dizer, era uma questão que não havia nenhum tipo de regulamentação, nunca

799 houve, mas de forma pioneira o IAP veio e estabeleceu regramento básico. De  
800 certo modo pode ser considerado até talvez não completo, mas, enfim, é um  
801 grande passo em um caminho onde não existia nada.

802 Então, o Ministério Público Estadual, entendendo que havia necessidade  
803 de estudos como impacto sinérgico, avaliação ambiental integrada, mas eu digo  
804 aos senhores que do ponto de vista do IAP, nós temos a segurança de que todos  
805 os padrões de legalidade estão atendidos. Então, os senhores estarão votando em  
806 procedimentos que não estão viciados do ponto de vista da legalidade. O que há é  
807 um entendimento talvez mais ampliativo, com uma visão um pouco diferente da  
808 nossa de que haveria necessidade de outros estudos e questões que nós  
809 entendemos, como administração pública, que neste momento não nos cabe,  
810 porque nós estamos, na verdade, tratando de situações preexistentes, que são  
811 marinas que já operam. E evidentemente também, por trás disso, há uma visão de  
812 certo modo ideológica que tem outra visão, mas posso assegurar aos  
813 Conselheiros que do ponto de vista legal estaremos votando todos os  
814 procedimentos referentes à marina, que estão vindo para o Colit, tem base legal e  
815 pertinência para serem votados e aprovados, se esse for o entendimento dos  
816 Conselheiros. Obrigado.

817 O Sr. Presidente:- Obrigado, Dr. Paulo. Com a devida explicação, estamos  
818 em condição de colocar em votação este item. Como não houve pedido de vista,  
819 logicamente vamos ter que colocar todos os demais itens em apreciação e  
820 votação. Então, senhores Conselheiros, com a indagação feita pelo Conselheiro e  
821 com a explicação devidamente prestada pelo Conselheiro Dr. Paulo Glaser,  
822 coloco em votação. Os Conselheiros favoráveis, por favor, ergam o cartão de  
823 votação. (Pausa). APROVADO, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, nenhum  
824 voto contrário e 03 (três) abstenções.

825 Por favor, um minuto.

826 A Sra. Conselheira Célia Cristina Lima Rocha (Sindiseab):- Meu nome é  
827 Célia, estou aqui representando o Sindiseab. E eu tenho trinta e dois anos de  
828 trabalho no litoral, eu sei de todo o histórico das marinas, sei da necessidade de  
829 regularizar essas marinas que já estão instaladas, só que existe uma preocupação,

830 Secretário, e isso eu venho colocando no nosso dia a dia com os próprios  
831 técnicos. Eu não estou aqui para dificultar nada, muito pelo contrário, é uma  
832 preocupação de um estudo maior mesmo. Não sei se tem alguém que lembra  
833 aqui, em 1968 Guaratuba teve problema de erosão e eu morava bem na frente da  
834 baía. Eu fui acordada às 6h da manhã, nós tivemos que sair, tivemos que evacuar  
835 devido a essa erosão. Caiu o prédio da prefeitura, caiu uma parte da avenida da  
836 praia. Então, minha preocupação é essa, de estar construindo e onde vai chegar.

837 Eu trabalho com o Conselho Gestor da APA de Guaratuba e nós também  
838 estamos em um momento de revisão do plano, pretendemos construir o  
839 Zoneamento Ecológico Econômico da baía de Guaratuba e a minha preocupação  
840 é porque a resolução não estabelece data de empreendimentos.

841 Então, eu peço, Sr. Secretário, atenção porque estamos falando de  
842 empreendimentos que estão consolidados. Eu sou a favor de se regularizar esses  
843 empreendimentos, mas que não se amplie, porque a nossa baía, o prefeito está aí,  
844 quanto mais marinas se constrói mais impedimentos vamos ter na baía, isso já  
845 está afetando a pesca. Nós temos as comunidades pesqueiras que também  
846 participa do Conselho e estão dentro da APA de Guaratuba. Então, peço, Sr.  
847 Secretário, atenção com relação a estabelecer que seja somente para essas  
848 marinas que já estão consolidadas.

849 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. Dando sequência, item número seis.

850 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.692.669-1: Trata-se de  
851 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento de  
852 estruturas náuticas - marinas para guarda de embarcações, no Município de  
853 Pontal do Paraná. Requerente: Eloir de Macedo e Silva.

854 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
855 Conselheiros favoráveis, por favor, ergam o cartão de votação. (Pausa).  
856 APROVADO, com 19 (dezenove) votos favoráveis, 02 (dois) votos contrários e  
857 03 (três) abstenções.

858 O Sr. Conselheiro Pedro Guimarães Rodrigues (CEDEA):- Só destacando,  
859 esse é um dos empreendimentos que está submetido a um processo de ação civil  
860 pública pelo Ministério Público Federal.

861 O Sr. Presidente:- Todos eles, né.

862 O Sr. Conselheiro Pedro Guimarães Rodrigues (CEDEA):- Ação civil  
863 pública, tem que resolver com o juiz da Vara.

864 O Sr. Presidente:- Ok. Item número sete, Secretário Alfredo, por favor.

865 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.379.033-9: Trata-se de  
866 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento de  
867 estruturas náuticas, no município de Paranaguá. Requerente: Ada Bouvier  
868 Gonçalves.

869 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
870 Conselheiros favoráveis, por favor, ergam o cartão de votação. (Pausa).  
871 APROVADO, com 20 (vinte) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 04  
872 (quatro) abstenções.

873 Dando sequência, item oito.

874 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.775.286-7: Trata-se de  
875 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento de  
876 estruturas náuticas no município de Guaratuba. Requerente: Associação Marina  
877 do Sol.

878 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Por favor.

879 O Sr. Conselheiro Luiz Antônio Michaliszyn (Associação Comercial e  
880 Empresarial de Guaratuba):- Eu gostaria só de justificar um posicionamento aqui,  
881 eu achei pertinente a colocação feita pela Célia, esta preocupação dela, também a  
882 colocação do Dr. Paulo sobre a importância do Conselheiro e o direito que ele tem  
883 de fazer o pedido de vista, para verificar a regularidade, enfim. E também a  
884 preocupação dos demais colegas que fizeram o pedido de vista em alguns casos  
885 diante da responsabilidade que o Conselheiro tem. Agora, nós da Associação  
886 Comercial, tomamos o cuidado de verificar a pauta com antecedência e fazer  
887 uma análise da documentação colocada e até o parabeno o Colit pela forma  
888 como disponibilizou o material, achei muito interessante para termos uma noção  
889 do que está sendo votado e ter mais elementos para formar a nossa convicção, a  
890 ferramenta que foi utilizada para disponibilização, onde nós temos acesso ao  
891 parecer técnico e este parecer técnico nos dá mais elementos para formarmos o

892 nosso convencimento a cerca da matéria que está sendo discutida. Afinal temos  
893 que vir para cá com algo pronto e não torna e morosa a deliberação por parte do  
894 Conselho.

895 Então, só para justificar que o posicionamento que nós da Associação, e  
896 eu falo nós porque efetivamente estou aqui votando não em meu nome, mas em  
897 nome da Associação e nós tratamos desta matéria, foi tendo como alicerce o  
898 parecer técnico. O parecer técnico, mais uma vez, eu elogio a forma como foi  
899 disponibilizado, e até acrescento, porque além do parecer técnico, com a mesma  
900 ferramenta que foi utilizada, poderia se disponibilizar outras peças do processo.  
901 Talvez isso até minimize os pedido de vista, diante da possibilidade de acesso a  
902 todo o conteúdo do processo.

903 O Sr. Presidente:- Perfeito. Obrigado e obrigado pela sugestão e pelas  
904 considerações. Em votação. (Pausa). Os Conselheiros favoráveis, por favor,  
905 ergam o cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com 20 (vinte) votos  
906 favoráveis, 01 (um) voto contrário e 04 (quatro) abstenções.

907 Alfredo, item nove.

908 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.410.028-0: Trata-se de  
909 Licença de Operação de Regularização (LOR), para empreendimento de  
910 atividades náuticas - atracadouro, no município de Paranaguá. Requerente: Pedro  
911 Pereira Cardoso.

912 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
913 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se erguendo o cartão de votação.  
914 (Pausa). APROVADO, com 20 (vinte) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e  
915 04 (quatro) abstenções.

916 Dando sequência, item número dez.

917 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.231.687-2: Trata-se de  
918 Licença Ambiental Simplificada (LAS), para implantação de estrutura náutica a  
919 ser construída pela Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, de interesse da  
920 coletividade, para lazer e para esportes aquáticos no município de Guaratuba.  
921 Requerente: Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.

922 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
923 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
924 22 (vinte e dois) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 02 (duas) abstenções.

925 Item número onze.

926 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.037.605-3: Trata-se de  
927 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento de  
928 estruturas náuticas e dragagem, no Município de Guaratuba. Requerente: Iate  
929 Clube de Guaratuba.

930 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
931 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
932 19 (dezenove) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 03 (três) abstenções.

933 Dando sequência, item doze, Alfredo.

934 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.037.872-2: Trata-se de  
935 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento de  
936 estruturas náuticas e dragagem, no Município de Guaratuba. Requerente: Iate  
937 Clube de Caiobá.

938 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
939 Conselheiros favoráveis, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com 21 (vinte e  
940 um) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 03 (três) abstenções.

941 Ok. Na sequência, item treze.

942 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 07.742.615-9: Trata-se de  
943 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento de  
944 estruturas náuticas, no município de Pontal do Paraná. Requerente: Ponta do  
945 Poço Marina Clube.

946 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
947 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
948 20 (vinte) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 04 (quatro) abstenções.

949 Na sequência, item quatorze.

950 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.526.910-5: Trata-se de  
951 solicitação de Autorização Ambiental (AA) para construção de rede de

952 distribuição de energia elétrica rural no município de Antonina. Requerente:  
953 Copel Distribuição S/A.

954 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
955 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se erguendo o cartão de votação.  
956 (Pausa). APROVADO, com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis, nenhum voto  
957 contrário e 01 (uma) abstenção.

958 Item quinze, Alfredo.

959 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.298.936-0: Trata-se de  
960 solicitação de Autorização Ambiental (AA) para construção de rede de  
961 distribuição de energia elétrica rural no município de Antonina. Requerente:  
962 Copel Distribuição S/A.

963 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
964 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
965 24 (vinte e quatro) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 01 (uma)  
966 abstenção.

967 Item dezesseis.

968 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.526.903-2: Trata-se de  
969 vistoria realizada para a Autorização Ambiental (AA) para a construção de rede  
970 de distribuição elétrica em área rural, no município de Antonina. Requerente:  
971 Copel Distribuição S/A.

972 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
973 Conselheiros favoráveis, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com 24 (vinte e  
974 quatro) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 01 (uma) abstenção.

975 Por favor, item dezessete.

976 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.559.610-6: Trata-se de  
977 Autorização Ambiental (AA) para disposição final dos resíduos usados no Paraná  
978 - óleo lubrificante, no município de Paranaguá. Requerente: Mosaic Fertilizantes  
979 do Brasil Ltda.

980 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
981 Conselheiros favoráveis, manifestem-se erguendo o cartão de votação. (Pausa).

982 APROVADO, com 21 (vinte e um) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 03  
983 (três) abstenções.

984 Item dezoito.

985 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.430.257-7: Trata-se de  
986 Licença de Operação de Regularização (LOR) para condomínio residencial com  
987 estruturas náuticas - rampa e trapiche, no município de Guaratuba. Requerente:  
988 Condomínio Residencial Marina Porto Passagem.

989 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa).

990 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Questão de ordem.  
991 (Assentimento). Só para comunicar a Mesa que nós recebemos até o décimo  
992 sexto, a partir daí tudo é coisa estranha. Nós não tivemos acessos a esses  
993 processos de licenciamento.

994 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
995 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
996 18 (dezoito) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 04 (quatro) abstenções.

997 Desculpe, Conselheiro, só uma satisfação. Magali, houve um registro por  
998 parte do Conselheiro que a partir do item dezesseis eles não receberam.

999 O Sr. Secretário Executivo:- Eu posso esclarecer, é que esses itens, a  
1000 Magali pode esclarecer melhor o porquê não foi enviado, porém todos esses  
1001 processos, como os Conselheiros sabem, estão disponíveis na Secretaria  
1002 Executiva do Conselho do Litoral. Ocorre que como alguns desses processos  
1003 foram objetos de recomendação do Ministério Público, até a definição com o Dr.  
1004 Paulo Glaser, que foi muito recente, tinha-se dúvida se alguns processos seriam  
1005 incluídos ou não na pauta.

1006 O Sr. Presidente:- Mas foram enviados, neste caso... Ok. Está bom.  
1007 Dando sequência, item dezenove.

1008 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.536.238-7: Trata-se de  
1009 Licença Prévia (LP) para a implantação de estruturas náuticas: rampa, trapiche e  
1010 atracadouro. Com 120 vagas secas e 30 vagas molhadas, no município de  
1011 Antonina. Requerente: João de Castro Júnior.

1012 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
1013 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
1014 19 (dezenove) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 04 (quatro) abstenções.

1015 Seguindo, item vinte.

1016 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.969.278-9: Trata-se de  
1017 Autorização Florestal (AF) para desassoreamento dos Rias Jacareí e Piraquara e  
1018 drenagem nas valetas da estrada principal – Comunidade de Floresta, área rural  
1019 do município de Morretes. Requerente: Prefeitura Municipal de Morretes.

1020 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
1021 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
1022 24 (vinte e quatro) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 01 (uma)  
1023 abstenção.

1024 Item vinte e um.

1025 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.036.754-2: Trata-se de  
1026 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento de  
1027 estruturas náuticas, no município de Paranaguá. Requerente: Marlim Azul  
1028 Marina Clube.

1029 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
1030 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
1031 20 (vinte) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 04 (quatro) abstenções.

1032 Item vinte e dois.

1033 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.788.682-0: Trata-se de  
1034 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento de  
1035 estruturas náuticas, no município de Pontal do Paraná. Requerente: Atlantis  
1036 Marina.

1037 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
1038 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
1039 20 (vinte) votos favoráveis, 02 (dois) votos contrários e 03 (três) abstenções.

1040 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- É outro empreendimento sob a  
1041 égide de uma ACP do Ministério Público Federal.

1042 O Sr. Presidente:- Ok. Item vinte e três.

1043 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 13.875.277-1: Trata-se de  
1044 Licença de Operação de Regularização (LOR) para empreendimento de  
1045 estruturas náuticas, no município de Morretes. Requerente: Iate Clube de  
1046 Morretes.

1047 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
1048 Conselheiros favoráveis, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com 19  
1049 (dezenove) votos favoráveis, 01 (um) voto contrário e 04 (quatro) abstenções.

1050 Item vinte e quatro.

1051 O Sr. Secretário Executivo:- (Lê) Protocolo nº 14.283.275-5: Trata-se de  
1052 Licença Ambiental Simplificada (LAS) para unidade de recebimento,  
1053 armazenamento e expedição de cargas secas em área retroportuária, no município  
1054 de Paranaguá. Requerente: Cooperativa de Transporte de Cargas e Anexos Ltda.

1055 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). Os  
1056 Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se. (Pausa). APROVADO, com  
1057 21 (vinte e um) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 04 (quatro)  
1058 abstenções.

1059 E, por último, item vinte e cinco.

1060 O Sr. Secretário Executivo:- Presidente Bonetti, o Prefeito Roberto Justus,  
1061 como também é Presidente da Amlipa - Associação dos Municípios do Litoral,  
1062 logo após a minha rápida explanação do processo, ele pediu para usar a palavra  
1063 por um minuto sobre o item vinte e cinco.

1064 (Lê) Protocolo nº 14.962.599-2: Trata-se de Licença Prévia (LP) para  
1065 unidade de recebimento, armazenamento e expedição de grãos a ser instalada em  
1066 área retroportuária, no município de Paranaguá. Requerente: COAMO  
1067 Agroindustrial Cooperativa.

1068 O Sr. Presidente:- Com a palavra, Conselheiro Justus.

1069 O Sr. Conselheiro Roberto Justus (Prefeito de Guaratuba):- Antes de mais  
1070 nada queria parabenizar as prefeituras de Morretes e Antonina que conseguiram  
1071 trazer para o pleno o pedido de licença prévia para o desassoreamento de rios. É  
1072 uma coisa que eu não consigo fazer lá em Guaratuba, por conta de todos os  
1073 óbices e de documentos e tudo o mais. É uma dificuldade enorme para a gente

1074 conseguir passar por todas as Câmaras Técnicas, é algo que eu ainda quero ver  
1075 acontecer no meu mandato da mesma forma que vi ali pedidos de licença prévia  
1076 aprovados para empreendimentos náuticos, com cento e poucas vagas secas e  
1077 mais algumas dezenas de vagas molhadas. Isso é desenvolvimento, isso é geração  
1078 de emprego e renda, isso é explorar o potencial econômico da nossa cidade que é  
1079 o potencial turístico.

1080 Segundo, fico muito feliz em ler o pedido de licença prévia da Coamo, é  
1081 algo que eu não votaria no município de Guaratuba, porque a vocação de  
1082 Guaratuba não é essa, mas tenho certeza e acredito que o prefeito Marcelo vai  
1083 dizer que vem em muito boa hora para o litoral do Paraná, especialmente quando  
1084 você imagina que é um investimento que vai superar, acredito eu, o orçamento de  
1085 Guaratuba gerando muita renda e muito emprego para os parnanguaras e  
1086 inclusive para os moradores de outras cidades do nosso litoral. Então, parabéns à  
1087 Coama e espero que seja um empreendimento de muito sucesso.

1088 O Sr. Conselheiro Marcelo Roque (Prefeito de Paranaguá):- Quero  
1089 complementar as palavras do nosso Presidente Roberto Justus e dizer que a  
1090 Coamo está em Paranaguá desde 1980, fazendo um excelente trabalho, gerando  
1091 emprego e renda, respeitando todos os requisitos do nosso município, um  
1092 empreendimento muito importante para a nossa cidade. Vivemos uma crise muito  
1093 grande no país e em Paranaguá também não é diferente, mas estamos muito  
1094 felizes com a TCP que vai expandir o seu cais. É uma obra de seiscentos e vinte  
1095 milhões, gerando emprego e renda para Paranaguá e é isso que nós precisamos  
1096 no litoral, empresas que venham, se instalem e deem a oportunidade de emprego  
1097 e principalmente que entre dinheiro nos cofres públicos para que possamos  
1098 investir mais em educação e segurança para o nosso povo.

1099 O Sr. Presidente:- Sobre o item vinte e cinco, em discussão. (Pausa). Em  
1100 votação. (Pausa). Os Conselheiros favoráveis, por favor, manifestem-se erguendo  
1101 o cartão de votação. (Pausa). APROVADO, com 22 (vinte e dois) votos  
1102 favoráveis, nenhum voto contrário e 02 (duas) abstenções. Muito obrigado.

1103 Nós precisamos fazer algumas considerações finais, mas antes disso,  
1104 terminando o processo de votação, estamos aqui abrindo a palavra para o diretor  
1105 fazer uma breve explanação sobre o que acabamos de votar. Por favor.

1106 O Sr. Airton Galinari (Superintendente de Logística e Operações da  
1107 Coamo):- Queria parabenizar o Conselho do Litoral pela forma como vem  
1108 conduzindo os trabalhos, nós já estivemos participando de outras reuniões e  
1109 vimos que há muito comprometimento e às vezes até acalorado com as suas  
1110 causas. Acho que é assim mesmo que tem que ocorrer, porque mostra que as  
1111 pessoas têm brio e defendem os seus pontos de vista. Acho que é assim mesmo  
1112 que tem que ser. Parabéns a todos!

1113 Só esclarecer que a Coamo tem mais esse empreendimento, nós temos  
1114 outros empreendimentos sendo desenvolvidos projetos em Paranaguá. Esse  
1115 empreendimento deve gerar algo em torno de duzentos e cinquenta milhões de  
1116 reais dentro da instalação já existente lá em Paranaguá. É um alento, eu diria,  
1117 para Paranaguá porque em situações, e aí me congratular com o Dividino e  
1118 parabenizar pela administração que até tempos atrás quase nos obrigou a sair de  
1119 Paranaguá. Sendo a Coamo a maior empresa paranaense e uma cooperativa com  
1120 vinte e oito mil associados, pequenos agricultores, 85% pequenos agricultores  
1121 que muitos poderiam não estar na atividade de agricultura, engordando sim as  
1122 periferias das cidades, caso não tivesse essa estrutura que as cooperativas  
1123 permitem, tendo os pequenos sendo somados, formar uma grande força. É isso  
1124 que aconteceu.

1125 Tivemos a nossa assembleia geral na sexta-feira passada e foi noticiado  
1126 em todos os jornais, distribuimos trezentos e dezoito milhões de reais em sobras  
1127 para os associados na segunda-feira agora. Cash, dinheiro no bolso do pequeno  
1128 agricultor, que hoje consegue ter uma atividade sustentável, sustentada, viver da  
1129 sua área em pequenos municípios onde o Governo não conseguiu chegar, não  
1130 conseguiu levar estruturas que as cooperativas conseguem levar. Cito um  
1131 exemplo de algumas cidades, mas vou tomar a liberdade de citar o caso de  
1132 Cândido de Abreu onde há quinze anos a Coamo começou a investir em uma  
1133 pequena unidade. Compramos uma pequena unidade. Cândido de Abreu é uma

1134 cidade com um terreno altamente acidentado, era praticamente tudo área  
1135 degradada de pastagens que, se fôssemos considerar valores de hoje, não valeria  
1136 dez, doze mil reais um alqueire.

1137 E nós levamos agrônomos, levamos crédito rural, levamos pecuaristas,  
1138 levamos estrutura para a entrega de produção e hoje o produtor de lá de um, dois,  
1139 cinco, dez alqueires entrega o seu produto na Coamo e vende na bolsa de  
1140 Chicago, como qualquer grande produtor. Como adubo a preço de grande  
1141 fazendeiro, porque compra em conjunto, a Coamo fornece em conjunto. E hoje  
1142 um alqueire de terra vale, no mínimo, cento e vinte mil reais em Cândido de  
1143 Abreu e o cara está lá, tocando a sua propriedade, não teve que sair de lá.

1144 Então, a cooperativa é o futuro do mercado globalizado, é a forma do  
1145 pequeno participar do mercado globalizado, sozinho ele não faria isso. E esse  
1146 empreendimento é um empreendimento que vem somar a levar para o agricultor  
1147 distribuição de renda, principalmente isso, distribuição de renda e vem levar  
1148 condições de participar do mercado globalizado.

1149 Agradeço a todos pela votação e seguramente vamos ter maiores  
1150 empreendimentos para realizar no Paraná e, em particular, em Paranaguá.  
1151 Obrigado, Presidente. (Palmas).

1152 O Sr. Presidente:- Obrigado, Diretor. Parabéns!

1153 Eu gostaria, senhores e senhoras Conselheiras, durante ano passado  
1154 principalmente, durante os debates em relação ao papel do Colit e o prefeito e  
1155 Presidente da Amlipa, nós temos algumas oportunidades de discutir que o papel  
1156 do Colit não é exclusivamente esse de fazer o que estamos fazendo. Esse quórum  
1157 qualificado, se não tecnicamente mas logicamente acompanhado tecnicamente,  
1158 mas que traz aqui uma qualidade muito grande em relação às decisões que são  
1159 tomadas. E por mais que algumas vezes haja diferença de pensamento, nós  
1160 sempre procuramos conduzir com muito respeito e principalmente na  
1161 observância da lei, porque a interpretação pode não ser a mesma, mas nós sempre  
1162 procuramos tomar as decisões e trazer para cá observando a lei, a legalidade. Mas  
1163 eu gostaria de fazer um comentário com todos que estão presentes, não somente

1164 os Conselheiros. Ano passado a gente falava de outro papel do Colit, que é a  
1165 questão de discutir o desenvolvimento regional integrado e sustentável

1166 No final do ano, em um evento no Palácio do Iguazu, foi assinado pelo  
1167 Governador Beto Richa um convênio, um contrato onde empresas especializadas,  
1168 a partir de agora, vão discutir com a sociedade organizada do litoral o  
1169 desenvolvimento integrado desta região. Esses primeiros debates em âmbito mais  
1170 interno, na coordenação da Secretaria de Planejamento, e em breve, Sr. Prefeito e  
1171 Presidente da Amlipa e demais prefeitos, as ONGs, as universidades, os  
1172 empresários, as associações dos empresários, os pescadores, os indígenas, o  
1173 Conselho, todos serão ouvidos. E eu tenho uma experiência, eu repito da minha  
1174 região, que é a do Sudoeste do Paraná, que nós temos o PDRI, que já tem uma  
1175 cultura bastante grande de debate em relação ao desenvolvimento de uma região  
1176 de maneira integrada, inclusive o Oeste do Paraná também tem o POD -  
1177 Programa Oeste em Desenvolvimento, que também trata dessas questões.

1178 Eu registro isso, porque o Colit estará, a partir de agora, também  
1179 cumprindo com um papel bastante importante e estratégico, que é discutir  
1180 exatamente essa pauta que nós acabamos de falar. Então, estou dizendo aqui,  
1181 com bastante alegria, porque os prefeitos sabem que nós precisamos ano passado  
1182 fazer certo lobby do bem, no bom sentido, para que isso acontecesse. E a partir  
1183 de agora vai acontecer, até porque as primeiras reuniões já estão acontecendo.  
1184 Ok? Muito obrigado.

1185 O Sr. Conselheiro (não se identificou):- Com a devida vênica, com todo o  
1186 respeito, a Libres atua muito fortemente com povos e comunidades tradicionais.  
1187 Nós temos um profundo respeito para com eles. E eu recebi uma cartinha da  
1188 Cacique Andreia, Guarani, para eu ler. Eu acho que nós temos que ouvir o índio,  
1189 ouvir o nosso povo originário e ela vai falar com mais propriedade, com mais  
1190 eloquência. Se puder dar a palavra para ela, por dois ou três minutos, agradeço,  
1191 por gentileza.

1192 O Sr. Presidente:- Ok. Por favor. Então, na sequência, após a leitura  
1193 faremos o encerramento diretamente com o Prefeito Anfitrião, prefeito de  
1194 Antonina. Por favor.

1195 A Sra. (não se identificou):- Boa tarde a todos. Eu estou aqui hoje, eu  
1196 represento sete aldeias do litoral do Paraná em vários municípios, Paranaguá,  
1197 Guaraqueçaba, Morretes, Antonina e estou aqui representando por um motivo.  
1198 Não estamos impedindo o crescimento de nenhum município, ao contrário,  
1199 queremos fazer parte. Mas espero que todos os Conselheiros reflitam depois que  
1200 eu falar isso, porque vocês estão votando aqui a nossa vida, a nossa cultura, a  
1201 nossa existência.

1202 Então, nós queremos sim participar. Eu até peço desculpas pelo meu  
1203 colega que se expôs de uma maneira exaltada, mas nós queremos discutir,  
1204 queremos estar juntos nas decisões. Hoje não somos mais aquele povo do  
1205 passado. Vivemos na mata, mas já tivemos um desenvolvimento. Claro, falamos  
1206 a nossa língua, temos a nossa cultura, mantemos isso ainda, mas com  
1207 desenvolvimento, com coisas que vêm da cidade. Mas essas decisões que são  
1208 tomadas aqui é nossa vida, é dos nossos filhos, dos nossos idosos, das pessoas  
1209 que ainda mantém a nossa cultura. Então, a gente queria apenas estar junto, poder  
1210 dizer sim: “Eu concordo! Não, eu não concordo! Olha, o que vocês estão votando  
1211 vai destruir a mata onde a gente tira o nosso alimento, vai destruir a mata onde a  
1212 gente faz os nossos remédios, vai poluir o nosso rio de onde a gente bebe água!”  
1213 Como foi falado aqui. É verdade, não existe. O Prefeito de Guaraqueçaba sabe, o  
1214 prefeito de Morretes sabe, o prefeito de Antonina sabe que não tem água potável  
1215 nas aldeias, não tem banheiro, não tem casa, não tem acesso a saúde, à educação.

1216 Estão aqui os prefeitos para falar sobre isso. O prefeito de Paranaguá sabe:  
1217 não existe política para indígenas. Não existe! A gente só quer um direito de  
1218 poder começar a construir isso, a gente quer o direito de ingressar também. A  
1219 Coamo teve oportunidade de falar, de se expor. Temos indígenas que são  
1220 agricultores no Paraná, temos indígenas que fazem parte da Coamo, e por que  
1221 nós do litoral não podemos fazer parte do empreendimento? Não podemos fazer  
1222 parte das políticas? Não podemos votar simplesmente no que vai acontecer nas  
1223 nossas terras?

1224 Então, eu vejo aqui uma reunião de muitas pessoas inteligentes, muitos  
1225 Secretários, muitos prefeitos, mas o nosso povo também evoluiu, nós também

1226 temos a capacidade de discutir sobre isso. Nós também temos a capacidade de ler  
1227 aquele documento e raciocinar: “Isso é bom! Não, isso é ruim!” Nós temos essa  
1228 capacidade também. Temos universidades, hoje temos médicos, advogados  
1229 indígenas. Temos vários indígenas formados. Nós temos esta capacidade. Eu sou  
1230 cacique de uma aldeia e não é por acaso. Eu represento sete aldeias, não é por  
1231 acaso. Eu sou Presidente de um Conselho Indígena de Saúde que representa Rio  
1232 Grande do Sul até o Rio de Janeiro, não é por acaso. Eu sou capaz, por isso estou  
1233 ali.

1234 Então, eu peço que vocês pensem sobre isso. Estamos pedindo uma vaga  
1235 como Conselheiro. Não vejam assim: “Ah, o índio vai vir aqui e vai impedir o  
1236 meu empreendimento.” Nós não vamos impedir, nós apenas vamos participar e  
1237 poder discutir. Eu vou receber essas propostas, como vocês recebem antes, eu  
1238 vou reunir as comunidades, o Conselheiro que entrar aqui vai reunir a  
1239 comunidade e vamos discutir sobre isso. Isso aqui vai afetar a nossa aldeia, então  
1240 nós podemos, nós pedimos aos Conselheiros esse entendimento. Obrigada.  
1241 (Palmas).

1242 O Sr. Presidente:- Ok. O Prefeito Roque pediu a palavra, antes do  
1243 encerramento.

1244 O Sr. Conselheiro Marcelo Roque (Prefeito de Paranaguá):- Um  
1245 minutinho, dizer que nós temos em Paranaguá na Cotinga os nossos índios e é  
1246 muito respeitado lá. E que nós tivemos concurso público agora recente, domingo,  
1247 para a área da educação e vamos ter daqui duas semanas também para a área da  
1248 educação, em vários setores da educação, motorista, pedagogo, professores. Me  
1249 informaram que eu sou o primeiro prefeito do país que deixou cota para os  
1250 indígenas. No meu concurso público que está tendo em Paranaguá deixamos cota  
1251 para os negros, para os deficientes e indígenas, pela primeira vez no país.  
1252 (Palmas).

1253 O Sr. Presidente:- Ok. Obrigado. Então, muito obrigado mais uma vez, e o  
1254 prefeito de Antonina, a terra da melhor banana do mundo, faz o encerramento.

1255 O Sr. Conselheiro José Paulo Vieira Azim (Prefeito de Antonina):- Eu  
1256 agradeço a presença de todos, todos os Conselheiros, de todo o público à

1257 audiência, renovo as boas-vindas aos novos Conselheiros. Eu penso que é  
1258 necessário realmente o embate de ideias, sempre é positiva a reunião e a  
1259 exposição dos diferentes pontos de vista. Nós aqui em Antonina temos procurado  
1260 mirar em todas as oportunidades. Todos sabem que aqui em Antonina nós temos  
1261 empreendimentos ligados ao setor portuário, tem sua importância, mas aqui  
1262 mesmo do lado, no salão contíguo ao nosso, está tendo uma reunião relativa ao  
1263 ecoturismo, ao turismo de aventura, ao turismo ligado ao desenvolvimento da  
1264 nossa região rural, que só seria possível pela existência da exuberante natureza  
1265 que temos aqui em Antonina e que precisa ser preservada.

1266 Antonina tem uma boa parte da sua arrecadação vinda de áreas de  
1267 proteção ambiental, enfocando nisso em outras oportunidades, nós recentemente  
1268 firmamos um termo de cooperação com uma organização não governamental,  
1269 que é a SPVS. Então, acho que a vida da gente é assim, a gente tem que estar  
1270 aberto a todas as opiniões e conversar e conversando vamos chegar sempre a um  
1271 denominador comum.

1272 Agradeço a presença de todos em nosso município, e vamos para a  
1273 próxima reunião do Colit. Muito obrigado. (Palmas).